

Bóias-frias da cana fazem acordo e retomam trabalho

Ribeirão Preto — Um acordo acertado na madrugada de ontem entre a FAESP (Federação da Agricultura de São Paulo) e a Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado) encerrou a greve de seis dias dos bóias-frias e deverá restabelecer o trabalho em todos os canaviais da região de Ribeirão Preto esta manhã.

O acordo, porém, foi acertado em bases precárias, e poderá levar a novas greves dentro de 30 a 60 dias, segundo o principal líder dos bóias-frias, Élio Neves. A proposta da FAESP já foi aprovada por 400 bóias-frias da cidade de Pontal, em assembléia pela manhã no salão de festas da Prefeitura local.

Responsabilidade

Nas assembléias realizadas em outras cidades, ontem à noite, a Fetaesp também defendeu o acordo e a volta ao trabalho a partir de hoje. "Estamos voltando ao trabalho para não nos tornar guerrilheiros. Seria irresponsabilidade manter a situação de greve", disse Élio Neves, diretor da Fetaesp e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara.

Segundo Élio Neves, a prisão de 100 bóias-frias em seis dias de greve e o gradativo aumento da repressão policial aos piquetes levaram ao esvaziamento do movimento e a conseqüente radicalização dos grevistas. O aumento da tensão entre os bóias-frias, disse o diretor da Fetaesp, já estava claro nos vários incêndios de canaviais, nos últimos dias, e na disposição dos trabalhadores em contrariar a orientação dos líderes e enfrentar a polícia.

O acordo entre a FAESP e a Fetaesp foi acertado às 2h da madrugada de ontem, na Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo, na presença do Ministro Almir Pazzianotto, que desde as 14h30min de sábado tomou a iniciativa de reunir patrões e empregados para a reabertura das negociações. O acordo já estava praticamente selado às 18h de ontem, segundo os líderes dos bóias-frias, mas quando o presidente da FAESP, Fábio Meirelles, chegou à DRT paulista, negou-se a assiná-lo.

A posição de Meirelles, que contrariava sua própria comissão de negociação, provocou uma intervenção do Ministro do Trabalho, relatou Élio Neves, membra da comissão dos empregados. Segundo Élio, o Ministro Almir Pazzianotto conversou por três horas a sós com Fábio Meirelles para convencê-lo a aceitar o acordo. Horas depois, durante a assembléia de Pontal, Pazzianotto foi elogiado por Élio Neves e chamado de parceiro do trabalhador pelo Deputado estadual Waldir Trigo, do PMDB, que assessora o movimento dos bóias-frias.

O acordo não atendeu às principais reivindicações dos sindicatos, mas avançou em alguns pontos que a Fetaesp considerou importantes. O principal deles é a antecipação trimestral a 1º de agosto e 1º de novembro, o que equivale a reajustes trimestrais de 50% do INPC do período nos preços da diária e tonelagem de cana cortada pelos bóias-frias. Outro item é a estabilidade de 60 dias após acidente de trabalho.

Na parte econômica o acordo manteve os mesmos valores já propostos antes da greve pelos empresários: 1) preço da diária paga ao trabalhador nas grandes usinas será de Cr\$ 18 mil e nas pequenas e médias propriedades rurais, de Cr\$ 16 mil 825 (a Fetaesp reivindicava Cr\$ 37 mil e Cr\$ 35 mil). O preço da tonelada ficou em Cr\$ 5 mil 200 para as canas de 18 meses, que são mais difíceis de cortar, e em Cr\$ 4 mil 960 para as demais (a Fetaesp queria eliminar a medição por tonelada).

Houve uma solução intermediária e precária no item mais importante defendido pela Fetaesp: O sistema de avaliação da produtividade. A Fetaesp queria que o pagamento do bóia-fria fosse feito com base no número de metros de cana cortada por dia, para evitar fraudes.

A entidade patronal insistiu em manter o sistema atual, com base no total de toneladas produzidas pelo trabalhador, medidas nas balanças das usinas e convertidas em metros depois de uma série de contas complicadas, que o bóia-fria não consegue entender.

Sistemática complicada

Pelo acordo, os produtores se comprometem a fornecer até as 11h o preço do metro da cana cartada, através de uma amostra, com validade até o final do dia. O Ministério do Trabalho comprometeu-se, também, a formar uma comissão mista para estudar, em 60 dias, uma fórmula eficaz para fiscalizar essa operação.

Os líderes dos bóias-frias acham, porém, que o sistema de amostra dificilmente vai funcionar, pois exigirá um grande número de fiscais e ainda deixará o trabalhador sem saber, antecipadamente, quanto vai ganhar por sua produção diária. Este ponto é o mais instável do acordo e poderá levar a novas greves dentro de 30 a 60 dias, segundo Élio Neves, ou antes disso, segundo Vitor Faria, outro diretor da Fetaesp.

Eles reconheceram, entretanto, que outro item do acordo representou um avanço: trata-se da multa de 10% do salário-referência paga ao bóia-fria por descumprimento de cada uma das cláusulas do acordo, com aplicação diária e individual enquanto persistir a irregularidade.

Os empregadores se comprometeram a fornecer os facões para corte de cana (podões), uniformes, luvas, tornozeleiras. Esses itens já tinham sido acertados nos Acordos de Guariba de maio do ano passado e não vinham sendo cumpridos, segundo os bóias-frias. A novidade este ano foi o compromisso dos usineiros e produtores de fornecerem, também, barracas de lona desmontáveis para servirem de sanitários para os bóias-frias durante seu trabalho nos canaviais, e evitar constrangimentos. Este ponto foi um dos mais aplaudidos na assembléia de ontem em Pontal.

(Página 6)